



Efeitos da COVID-19 sobre a economia do semiárido baiano: dinâmica atual e implicações futuras

Effects of COVID-19 on the economy of the bahian semiarid: current dynamics and future implications

Roberto Paulo Machado Lopes¹

Resumo: Este trabalho avalia cenários para a região semiárida baiana, no processo de recomposição da economia brasileira, após a crise de saúde do novo coronavírus (Covid-19). O estudo parte do entendimento de que é inevitável a adoção de políticas de expansão do gasto público para achatar a curva de recessão sem agravar a curva de infecção. Tomando essa compreensão por referência, a hipótese básica é de que a necessidade de reequilibrar as contas públicas no longo prazo, implicadas pelas medidas de isolamento social, levará os governos a reduzirem a participação do estado na economia, comprometendo as regiões mais pobres. Como a administração pública é o principal segmento da atividade econômica e os programas de transferência de renda estão na base da dinâmica econômica dos municípios do semiárido baiano, as políticas de ajuste futuro irão comprometer o desenvolvimento da região, agravando os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Conclui-se com cenários desfavoráveis para o semiárido baiano, em decorrência da perda de dinamismo econômico.

Palavras-chave: Curvas de Recessão. Equilíbrio Fiscal. Gasto Público. Semiárido.

Abstract: This work evaluates scenarios for the semi-arid region of Bahia, in the process of recomposition of the Brazilian economy, after the health crisis of the new coronavirus (Covid-19). The study starts from the understanding that it is inevitable to adopt policies to expand public spending to flatten the recession curve without aggravating the infection curve. Taking this understanding as a reference, the basic hypothesis is that the need to rebalance public accounts in the long run, implied by social isolation measures, will lead governments to reduce the state's participation in the economy, compromising the poorest regions. As public administration is the main segment of economic activity and income transfer programs are at the basis of the economic dynamics of municipalities in the semi-arid region of Bahia, future adjustment policies will jeopardize the region's development, aggravating regional imbalances and social inequalities. It concludes with unfavorable scenarios for the Bahian semiarid, due to the loss of economic dynamism.

Keywords: Recession Curves. Fiscal Balance. Public Spending. Semi-arid.

¹ Professor Titular do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenador do GP/CNPq: Assimetrias Baianas: Ciência, Instituições e Desenvolvimento Regional. E-mail: rpm.lopes@hotmail.com.

Introdução

O surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e sua caracterização como emergência de saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) levaram governos e organizações a adotarem uma série de medidas para evitar o alastramento do vírus. A inexistência de uma vacina (ou outro tratamento convencional) e a misteriosa condição clínica, associada ao período de incubação e capacidade de contágio, conduziram à adoção de políticas de saúde pública relacionadas às medidas de isolamento e redução da circulação de pessoas. Essas medidas afetaram negativamente as cadeias de produção e o fluxo de consumo regular, com desdobramentos sobre preço dos ativos, termos de troca, mercado de trabalho e expectativas dos agentes econômicos. A combinação de choques de oferta e demanda desfavoráveis torna o problema econômico de uma gravidade que se assemelha à de uma ‘economia de guerra’, porém sem destruição do capital.

Estamos acostumados a vivenciar crises econômicas oriundas de disfuncionalidade nos mecanismos de produção, de consumo, do sistema financeiro e/ou decorrentes de desequilíbrios fiscais. Para o enfrentamento destas crises, temos um acumulado de experiências, uma vasta literatura e evidências empíricas sobre a melhor forma de enfrentá-las. O colapso econômico atual, entretanto, não é oriundo do sistema produtivo, trata-se de uma pandemia que afeta o sistema produtivo e que, diferente das crises do sistema econômico, não há parâmetros ou modelos que permitam estimar seus efeitos ou introjetar soluções. A vantagem (se é possível falar em vantagem nessas circunstâncias) é que, uma vez superado o surto da doença, a retomada das engrenagens das cadeias globais de produção será mais rápida do que em crises fiscais ou financeiras. Entretanto, se a instabilidade inicial afeta indistintamente países, regiões e diferentes grupos sociais, a retomada e as consequências futuras da crise dar-se-ão de forma heterogênea, sendo mais danosas para regiões mais dependentes.

Partindo do entendimento de que os desdobramentos da crise pós-pandemia se manifestarão de forma desigual entre as regiões, o objetivo central deste trabalho é avaliar os cenários (des)favoráveis para a região semiárida baiana no processo de recomposição da economia brasileira. A hipótese básica, tendo como referência a orientação de ajuste fiscal predominante na condução da política econômica brasileira, é de que a necessidade de reequilibrar as contas públicas levará os governos a reduzirem a participação e investimentos do estado, comprometendo as regiões mais pobres. Como a administração pública é o principal segmento da atividade econômica e os programas de transferência de renda estão na base da dinâmica econômica dos municípios do semiárido baiano, as políticas de ajuste irão comprometer o desenvolvimento da região, agravando os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais.

A extensão da crise e o reconhecimento da maioria dos governantes sobre o papel preponderante da ciência na solução do problema contribuiu para uma expansão considerável da

bibliografia relativa ao tema nos primeiros meses de 2020. Entre janeiro e abril deste ano, a produção científica relacionada ao vírus Sars-CoV-2 (definição técnica do novo vírus - Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus) e a doença Covid-19, publicada em revistas indexadas pela base PubMed, chegou a 8 mil trabalhos (FAPESP, 2020). A literatura econômica, embora não tão ampla como na área de saúde, cresce de forma considerável, especialmente nos países centrais. Apesar da agenda de pesquisa recente, destaca-se uma série de estudos realizados pelo *Centre for Economic Policy Research*, de textos para discussão, e-books e colunas de órgãos de imprensa especializada em economia.

Este trabalho está dividido em mais três seções. A seguir, é feita uma breve revisão da literatura econômica sobre curvas de infecção e curvas de recessão. A terceira seção apresenta uma breve caracterização do semiárido baiano e suas relações de dependência. A quarta seção discute implicações fiscais de cenários recessivos e avalia cenários pós-pandemia para o semiárido baiano. Por fim, são expostas as considerações finais.

Literatura Relacionada

A literatura relacionada aos impactos econômicos da Covid-19 reúne assuntos variados: políticas de enfrentamento do problema; potenciais efeitos sobre sistema produtivo; simulação de cenários hipotéticos de impactos econômicos das políticas de isolamento; análise de processos recessivos em outras epidemias; as consequências fiscais do endividamento público; e outros relacionando a Covid-19 com a crise do capital.

As políticas de enfrentamento da crise e dos potenciais efeitos sobre o sistema produtivo apoiam-se, basicamente, nas teses de Keynes, especialmente ações de política fiscal. A argumentação keynesiana básica defende expansão do gasto público para estimular a economia, que cresce e sai da depressão, o gasto público é o elemento fundamental e não o déficit. Nessa direção, e de forma geral, as ações recomendadas são: reposição de renda para as pessoas mais atingidas com transferências para os mais pobres, ampliação do seguro desemprego etc.; manutenção do fluxo de caixa para as empresas para impedir destruição de capital físico, humano e organizacional, permitindo a recuperação mais rápida e evitar redução da produtividade; apoio para Estados e Municípios realizarem a gestão das cidades; e ampliação do sistema de saúde (PIRES, 2020). Somam-se às políticas fiscais ações de política monetária voltadas para expansão do crédito e da liquidez, atuando como coadjuvante da política fiscal. Como salienta Hermann (2006), a recomendação de Keynes é que, em qualquer cenário, a política fiscal seja coordenada com a política monetária, de modo a evitar que a primeira se torne inviável.

Os estudos simulando cenários hipotéticos de impactos econômicos das políticas de isolamento em economias nacionais e regionais são frequentes e utilizam sofisticada metodologia. Haddad e Bugarin (2020) elaboram simulações dos possíveis custos econômicos diários setoriais e

regionais das estratégias de controle para mitigar os efeitos da COVID-19. Nesta mesma linha, Santos, Ribeiro e Cerqueira (2020) simulam, utilizando técnicas de insumo-produto combinadas com extração hipotética parcial, cenários de impactos econômicos da Pandemia no estado da Bahia. Eichenbaum, Rebelo e Trabandt (2020) estimam o impacto de medidas de distanciamento social em um modelo macroeconômico de epidemias. Greenstone e Nigam (2020) avaliaram um modelo econômico-epidemiológico de cálculo de custos e benefícios do distanciamento social com base no trabalho do Imperial College.

A análise de processos recessivos em epidemias mostra que a adoção de uma política de saúde pública apropriada (impondo medidas drásticas de distanciamento social e promovendo práticas de saúde para reduzir a taxa de transmissão) reduz a taxa de mortalidade. Contudo, mergulha a economia em uma parada repentina, acentuando a curva de recessão. Quanto mais radical e alongada for a política de isolamento, menor a disseminação do vírus, menor o número de mortes, entretanto maior o dano econômico, e vice-versa. Gourinchas (2020) explica o *trade-off* entre o achatamento da curva de infecção e a acentuação da curva de recessão e argumenta que uma política econômica adequada pode agir decisivamente para achatar a curva da recessão e limitar o dano econômico ao que é inevitável. No curto prazo, o achatamento da curva de infecção inevitavelmente acentua a curva de recessão macroeconômica. Inversamente, uma curva de infecção acentuada torna a recessão mais branda e a taxa de mortalidade mais alta. Em ambos os casos – infecção e recessão – geram externalidades negativas para o sistema de saúde e para a economia.

Uma ação firme do estado, com políticas macroeconômicas adequadas, pode abrandar os efeitos desse dualismo, possibilitando achatar a curva de recessão mesmo mantendo medidas drásticas de isolamento social. Ou seja, se — dada a inexistência de um tratamento convencional — a única forma de achatar a curva de infecção é o distanciamento social, a curva de recessão pode ser atenuada mesmo que a economia mergulhe em uma parada repentina. Snower (2020) destaca que a política macroeconômica expansiva pode estimular a demanda agregada, mas, quando o distanciamento social é imposto, não estimula a produção e o consumo sempre que essa demanda for satisfeita por meio de atividades fisicamente interativas.

A experiência de outras epidemias, e até mesmo evidências da atual pandemia em alguns países, mostra que achatar a curva de infecção de forma drástica leva a uma recuperação econômica mais rápida. Correia, Luck e Verner (2020) mostram estudo em que as cidades que intervieram mais cedo e de forma mais agressiva durante a pandemia da gripe espanhola, em 1918, experimentaram crescimento econômico mais rápido após o fim da pandemia.

Conti (2020) sintetiza uma vasta literatura e aponta consenso na gestão macroeconômica, com o entendimento de que a conjuntura permite a realização de gastos extraordinários por todos os países do mundo afetados pela pandemia da Covid-19, mesmo para países sem muito espaço fiscal, como o Brasil. Segundo ele, a inação levaria a enormes riscos macroeconômicos. Ele aponta ainda um

complicador para o Brasil relacionado à morosidade na adoção de políticas públicas para achatar a curva da recessão, em decorrência dos elevados custos de transação e a qualidade das instituições. Ainda que se utilize do mesmo arsenal de medidas fiscais e monetárias, o Brasil não consegue a mesma efetividade das políticas observada em outros países. Para Conti (2020), as questões econômicas no Brasil são agravadas pela forma como o governo trata o *trade-off* entre curvas de infecção e recessão, com ações que acabam agravando as duas curvas. Georgieva e Ghebreyesus (2020) apontam os equívocos em pautar o debate em uma oposição entre “vidas” e “economia”. Summers (2020) destaca que abandonar ou relaxar prematuramente o distanciamento social será desastroso por razões econômicas e de saúde.

A literatura abordando aspectos econômicos e fiscais em cenários de longo prazo pós-pandemia ainda é incipiente. Barnes e Casey (2020) destacam o papel da política fiscal no contexto da emergência de saúde pública e como a crise transformou as perspectivas para as finanças públicas. Eles exploram cenários para um pequeno país da zona do euro até 2025; devido à alta incerteza, defendem uma abordagem contingente do estado à política e avaliam que os requisitos futuros de consolidação orçamentária parecem consideráveis somente em ambientes com baixas taxas de juros.

Semiárido: caracterização e relações de dependência

Nas regiões semiáridas do mundo os sistemas de agricultura familiar dependem de recursos naturais e geralmente trabalham terras com restrições de produtividade relacionadas ao solo. A agricultura familiar, no entanto, é crucial para meios de subsistência das populações rurais em todo o mundo e também para a segurança alimentar global, com cerca de 75% das terras agrícolas do mundo sendo operadas por pequenos agricultores. No Brasil, as pequenas propriedades fornecem cerca de 70% da produção nacional de alimentos e cerca de 50% dessas unidades estão localizadas no semiárido nordestino, onde a vulnerabilidade à desertificação e as mudanças climáticas são mais altas (DOBKOWITZ *et al.*, 2020).

O semiárido baiano reflete com toda a intensidade as agruras experimentadas pelo semiárido nordestino de um modo geral. Ocupa uma área de quase 64% do território total do Estado da Bahia, concentra quase metade da população e em torno de 22% do PIB estadual. O Estado da Bahia concentra o maior contingente de pobres do país, sendo, a imensa maioria, oriunda do semiárido. A agricultura familiar é o principal meio de vida de milhões de pessoas, que tem sua produção limitada pela escassez da água e baixa fertilidade do solo. Segundo Dobkowitz *et al.* (2020), por causa do cristalino predominantemente no subsolo, apenas muito poucos agricultores têm acesso aos poços, de modo que a chuva é a principal fonte de água, e não permanece água suficiente para irrigação. Além disso, a tecnologia e os equipamentos para uma irrigação são caros e, portanto, inacessíveis para os pequenos agricultores. Resultam daí baixa produtividade, pouca competitividade, ganhos de renda

limitados e produção restrita aos mercados regionais.

Todo esse ambiente é conformado por uma inércia institucional que produziu, ao longo do tempo, uma regularidade de comportamento marcada pela violência política, corrupção institucional e individual, clientelismo e troca de favores políticos. Esta estrutura institucional garantiu a reprodução de oligarquias à medida que o coronelismo se constituía como a interface entre os interesses políticos locais e os interesses políticos em escala nacional. Nem o regime autoritário, nem a democracia eleitoral moderna com a ascensão ao poder de partidos que se opunham a esta prática política foram capazes de romper esta estrutura. Ao contrário, aliaram-se a ela. Em termos econômicos, esta matriz institucional, por um lado, desestimula organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia e melhorar a qualidade das instituições. Por outro lado, favorece o desenvolvimento de organizações *rent-seeker*.

Nas últimas décadas, com a atenção do poder central voltada para os objetivos da política macroeconômica e sob o domínio de ideias e políticas neoliberais, a problemática do semiárido nordestino foi colocada à margem de ações efetivas. A ação do poder central no semiárido baiano restringe-se a políticas compensatórias de transferências de renda. Embora políticas compensatórias contribuam para minorar as condições adversas da população, como redução da pobreza extrema, elas são assistenciais e voltadas para atender uma condição específica do indivíduo e não da região. Cabe registrar que a ampliação dos programas de transferência de renda, aposentadoria rural e política de valorização do salário mínimo contribuíram para redução da pobreza extrema e melhoraram as condições de vida. Entretanto, a busca por um equilíbrio fiscal do estado e mudanças na orientação política do poder central vêm eliminando os ganhos desse período.

Discussão

Implicações fiscais do processo recessivo

A adoção de medidas drásticas de saúde, com as políticas de isolamento social, para reduzir as taxas de infecção do vírus Sars-CoV-2, conduz a uma paralização do sistema produtivo. A recessão resultante desse processo aumenta o desemprego, leva muitas empresas a falências, destrói capital físico, humano e organizacional e erode a estabilidade social. Com esse nível de desorganização, mesmo superada a crise de saúde pública, a economia levaria muitos anos para retornar aos indicadores econômicos e sociais anteriores à pandemia. Em um ambiente adverso como esse, só uma ação firme do Estado, com políticas macroeconômicas adequadas, pode achatar a curva de recessão e criar as condições para uma recuperação mais rápida. Portanto, a ação do Estado se impõe para evitar a gravidade de uma depressão. Gourinchas (2020) argumenta que uma política econômica adequada pode agir decisivamente para achatar a curva da recessão, mas que o objetivo não é eliminar a recessão, é compensar parcialmente o dano econômico e evitar que ocorra uma recessão longa.

O esforço para achatar a curva de recessão envolve adoção de medidas fiscais (transferência de renda, apoio a empresas, estados e municípios) de expansão do gasto público e, conseqüentemente, aumento da dívida. Em países sem muita folga fiscal e endividamento crescente, a recuperação econômica pode ser mais demorada e exigir um sacrifício maior da sociedade. Para Gourinchas (2020), a maioria das economias avançadas deve ser capaz de enfrentar um aumento pontual da dívida pública e argumenta que países, como a Itália, com níveis elevados de dívida pública e sujeitos a regras fiscais rigorosas, necessitam de um empenho fiscal adicional e apoio externo. Mesma situação do Brasil.

A conjuntura crítica decorrente das medidas de isolamento agrava ainda mais as últimas décadas de baixo dinamismo econômico no Brasil e dificulta a recuperação dos níveis de produção anteriores a 2014. A recessão 2015-2016 foi associada aos desequilíbrios fiscais, e desde então o Brasil vem implementando reformas e políticas na busca de um ajuste fiscal. As medidas de ajustes adotadas interromperam a trajetória de crescimento da dívida que, como proporção do produto interno bruto (PIB), reduziu de 77,2%, em 2018, para 75% do PIB, em 2019. Entretanto, o período de ajuste coincide com aumento da pobreza e vulnerabilidade social, especialmente no semiárido.

Em decorrência do aumento do gasto público (mais dívida), com as medidas fiscais adotadas, e a recessão (menor PIB), a dívida pública como proporção do PIB deve saltar para 94%, podendo chegar a mais de 100% do PIB se pressões políticas tornarem os gastos emergenciais permanentes (ARIDA, 2020). Esse inevitável crescimento da dívida e eventual crise de confiança podem elevar as taxas de juros e agravar as condições de recuperação da economia. Esse cenário possível exigirá esforço adicional para estabilizar a dívida e impedir sua trajetória ascendente. Nessa linha, Barnes e Casey (2020), explorando cenários econômicos e fiscais na área do euro até 2025, apontam para ampliação dos riscos e a necessidade de novas forma de gerenciamento da dívida, especialmente se não houver redução das taxas de juros.

Cenários pós-pandemia para o semiárido

As condições climáticas adversas, somadas à ausência de políticas estruturais capazes de introjetar maior dinamismo econômico, indicam uma baixa probabilidade de uma transição do estado crítico e degradado para um estado com indicadores econômicos e sociais mais favoráveis. Sem as condições para um desenvolvimento endógeno, a região semiárida preserva sua condição de dependência das políticas assistencialistas. Todos os municípios do semiárido baiano, mesmo as cidades médias com economias mais diversificadas, têm na administração pública e nos programas de transferência de renda a base de suas economias. Esta condição torna a região muito dependente das transferências intergovenamentais (em torno de 90% das receitas das prefeituras), aposentadorias e bolsa família (em torno de 40% das famílias dentro do programa). Ou seja, a região é muito

dependente das condições fiscais do poder central, da orientação política dos governantes e do desempenho da economia nacional.

As transferências intergovernamentais, as voluntárias e as decorrentes de programas sociais são determinantes para o dinamismo econômico e social da região semiárida baiana. Qualquer restrição, econômica ou política, no provimento dessas transferências, afeta negativamente a economia da região. No aspecto econômico, o cenário futuro aponta para uma retração da atividade produtiva, com acentuada queda do PIB nesse ano e lenta recuperação nos anos seguintes (cabe salientar que, independente da retração decorrente da pandemia mundial, a economia brasileira preservava, em tendência, as condições de sua trajetória de crescimento medíocre). Com menor crescimento, reduz-se a arrecadação, diminuem-se as transferências intergovernamentais e a capacidade do estado em manter ou ampliar as políticas de transferência de renda. No aspecto político o cenário é menos animador ainda, predomina entre os dirigentes da equipe econômica e está na matriz do plano de governo da maioria dos partidos com chances eleitorais em 2022 a ideia de que é fundamental, para o crescimento econômico, reduzir a relação dívida/PIB. Arida (2020) salienta que há quem defenda a implementação de um regime de austeridade fiscal que fizesse a dívida retroceder ao nível anterior à crise. Embora esse radicalismo não seja tendência, a orientação, de um modo geral, encaminha no sentido da necessidade de ajuste das contas públicas.

Portanto, há uma convergência de cenários negativos que tendem a reduzir as diferentes formas de transferência. Por um lado, dado o cenário econômico, as transferências intergovernamentais devem reduzir e agravar as finanças municipais, comprometendo investimentos, gasto público e pagamento do funcionalismo, tão importantes para as economias dos municípios menores. As cidades médias, que concentram uma maior diversidade de serviços públicos (como universidades e hospitais regionais), serão ainda mais afetadas pela queda no fluxo de renda da economia local, decorrente de medidas como congelamentos de salários e interrupção de novas contratações. Por outro lado, as condições políticas (alinhadas com as propostas de equilíbrio fiscal) convergem no sentido de interromper as políticas de valorização do salário mínimo (afetando as aposentadorias) e de congelar (ou mesmo reduzir) os programas de transferência de renda. Dessa forma, tanto a orientação política quanto as condições econômicas concorrem para um cenário de deterioração dos indicadores econômicos e sociais do semiárido, ampliando as desigualdades regionais, pobreza extrema e revertendo as melhorias observadas nos primeiros anos deste século. Cabe salientar que, desde 2014, a crise econômica e as políticas de ajuste fiscal interromperam a trajetória de redução da pobreza extrema e das desigualdades, após mais de uma década de melhoria nesses indicadores.

Conclusões

O fracasso histórico das políticas de desenvolvimento, a inexistência de elementos para um crescimento endógeno e a vulnerabilidade ambiental aumentam as relações de dependência do semiárido baiano. O dinamismo da quase totalidade dos seus municípios tem, cada vez mais, como base econômica a administração pública e as transferências de renda. Uma lógica que torna a região ainda mais refém da forma como é conduzida a política macroeconômica.

O crescimento da dívida, em decorrência das medidas adotadas para atenuar a curva de recessão, exigirá medidas de redução de gasto público para conter (ou estabilizar) a relação dívida/PIB e impedir uma trajetória explosiva. Este é o cenário mais provável, dado o predomínio de ideias liberais na condução da política econômica. Presume-se que as medidas de ajuste fiscal sejam realizadas mediante maior controle da despesa pública, alterando a política de reajuste do salário mínimo, revisando programas de transferências de renda, congelando salários de servidores, reduzindo programas sociais e investimento público. Os efeitos adversos da paralisação repentina da atividade econômica afetam a todos as regiões indistintamente no curto prazo. Entretanto, os desdobramentos no médio e longo prazo ocorrerão de forma desigual, com as regiões mais pobres sendo mais penalizadas em função das medidas de ajuste fiscal.

Referências

ARIDA, Persio. Estabilizar dívida a longo prazo importa mais que conter seu aumento na pandemia. **Folha de São Paulo**. Grupo Folha: São Paulo. Ano 100. N. 33.337. 02 Maio 2020.

BARNES, Sebastian; CASEY Eddie. **Insights into post-COVID-19 fiscal policies**. A VoxEU. Org Book, Centre for Economic Policy Research, London. 2020. VoxEU. org, 9 June.

CONTI, Thomas. **Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia**. Texto para discussão 78. Thomas V. Conti. Publication year: 2020.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. **Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3561560>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

DOBKOWITZ, Sophia; WALZ, Ariane; BARONI, Gabriele; PÉREZ-MARIN, Aldrin M. Cross-Scale Vulnerability Assessment for Smallholder Farming: a Case Study from the Northeast of Brazil. **Sustainability** 2020, 12(9), 3787. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12093787>. Acesso em: 14 Jun. 2020.

EICHENBAUM, Martin S; REBELO, Sergio; TRABANDT, Mathias. The Macroeconomics of Epidemics. **National Bureau of Economic Research**, 2020. (Working Paper Series). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w26882>. Acesso em: 13 Jun. 2020.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **O contra-ataque da pesquisa**. Pesquisa Fapesp. Edição 291, Maio 2020. São Paulo, 2020.

GEORGIEVA, Kristalina; GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. Some say there is a trade-off: save lives or save jobs – this is a false dilemma. **The Telegraph**, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/cPR18. Acesso em: 8 Jun. 2020.

GOURINCHAS, Pierre-Olivier. Flattening the pandemic and recession curves. **Centre for Economic Policy Research**, 2020. 3 Jun, 2020.

GREENSTONE, Michael; NIGAM, Vishan. **Does Social Distancing Matter?** Rochester, NY: Social Science Research Network, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3561244>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

HADDAD, Eduardo A.; BUGARIN, Karina. **Crisis Control: The Use of Simulations for Policy Decision-Making**. Policy Brief – PB 20-38. Policy Center for the New South. 2020.

HERMANN, Jennifer. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 34, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006.

PIRES, Manoel. Lições para a política creditícia durante pandemias. **Portal do IBRE**. Instituto Brasileiro de Economia. FGV. Disponível em: encurtador.com.br/sKTY4. Acesso em 12 Jun. 2020.

SANTOS, Gervásio; RIBEIRO, Luis C. Ribeiro; CERQUEIRA, Rodrigo. Modelagem de impactos econômicos da pandemia Covid-19: aplicação para o estado da Bahia. **ResearchGate**. Preprint. Maio 2020.

SNOWER, Dennis J. The Socio-Economics of Pandemics Policy. DP14872. **Centre for Economic Policy Research**, London. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/ijSDP. Acesso em 13 Jun. 2020.

SUMMERS, Lawrence. Trump is missing the big picture on the economy - **The Washington Post**, Washington Post, 2020.

*Recebido em: junho de 2020.
Aprovado em: julho de 2020.*